

ANO I - EDIÇÃO Nº 17 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 05 de abril de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 216/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça FELÍCIO DE LIMA SOARES para responder, exclusivamente, pela 2ª Promotoria de Justiça da Capital – TO, no período de 04 a 19 de abril de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 217/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando as disposições da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins; considerando ainda o requerimento da Promotora de Justiça Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'alessandro;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir de 4 de abril de 2016, o servidor YESSER CASTELHO BRANCO ELKADI, matrícula nº 130716, do cargo em comissão de Auxiliar Técnico - DAM 2.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 1º de abril de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 218/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça GILSON ARRAIS DE MIRANDA para atuar nas audiências de precatórias da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 8 de abril de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 1º de abril de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 219/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça VILMAR FERREIRA DE OLIVEIRA para responder, cumulativamente, pela 1ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins – TO, no período de 04 a 19 de abril de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 1º de abril de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: RODRIGO ALVES BARCELLOS

DESPACHO Nº 106/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça RODRIGO ALVES BARCELLOS, para conceder-lhe 03 (três) dias de folga, a serem usufruídos no período de 13 a 15 de abril de 2016, em compensação aos dias 05, 06, 07, 08, 19 e 20/09/2015, os quais, permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 1º de abril de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº : 2012/0701/000326
ASSUNTO: Reconhecimento de dívida de exercício anterior referente ao aluguel da Sede das Promotorias de Justiça de Porto Nacional.
INTERESSADOS: Procuradoria-Geral de Justiça e Joaquim Tomaz de Souza Neto (locador).

DESPACHO Nº 107/2016 – Nos termos do art. 17, inciso XII, alínea "i", da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; em consonância aos dispostos no art. 37 c/c art. 62 e 63, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 março de 1964; considerando a manifestação constante do Parecer nº 051/2016, de 31 de março de 2016, às fls. 704/707, emitido pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral desta Instituição e, considerando ainda, os demais

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procurador de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

documentos carreados nos autos do processo em epígrafe, RECONHEÇO a dívida de exercício anterior, no valor total de R\$ 841,67 (oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos), relativa à diferença decorrida do reajuste com base no IPCA/IBGE do mês de dezembro de 2015, computada no período de 10 a 31 do mencionado mês, em face do aluguel do imóvel que abriga a Sede das Promotorias de Justiça de Porto Nacional/TO, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária vigente, consignada no orçamento da Unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, na rubrica correspondente às despesas de exercícios anteriores, motivo que AUTORIZO o pagamento para quitar o débito em referência em favor do locador respectivo.

Encaminhe-se os presentes documentos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 de abril de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 041/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido junto ao Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme solicitação expressa no requerimento protocolado sob o nº 07010124966201637, em 04 de abril de 2016, da lavra da Diretora de Expediente, Sra. Emannuella Sales Sousa Oliveira, anexo.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias da servidora Aline França Motta, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, marcadas anteriormente de 04/04/2016 a 03/05/2016, assegurando o direito de usufruto dos 30 (trinta) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 04 de abril de 2016.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, torna pública a instauração do presente Inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA IC nº. 02/2016 MP/23ª PJ

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85 e, por fim, artigos 4º e 39, incisos X e XI, da Lei nº. 8.078/90.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº. 2015.2.29.23.0039.

FATO EM APURAÇÃO: Possíveis lesões aos consumidores de combustíveis desta Capital, pelos Postos de Serviço de Abastecimento de Veículos.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 31 de Março de 2016.

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 009/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thais Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 009/2014.

FATO EM APURAÇÃO: Suposta existência irregular de criatórios de suínos no município de Bernardo Sayão/TO.

INVESTIGADOS: Proprietários de criatórios de suínos no município de Bernardo Sayão/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 30 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 014/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thais Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Acórdão nº 593/2014-TCE

FATO EM APURAÇÃO: Atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes de irregularidades nas contas da ordenadoria de despesas do Fundo Municipal de Educação de Colinas do Tocantins-TO, referente ao exercício de 2011.

INVESTIGADA: Odalea Barbosa de Sousa Sarmento.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 01 de abril de 2016.

6ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE GURUPI-TO

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 06/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça

oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 12/2016

INVESTIGANTE: Marcelo Lima Nunes - 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei nº. 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei nº. 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 051/2008.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 15/2016

ASSUNTO (CNMP): Direito do Consumidor; Estabelecimento de Ensino.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar falta de segurança no Campus I do Centro Universitário UNIRG, em prejuízo aos docentes e discentes da instituição.

REPRESENTANTE: Centro Acadêmico de Engenharia Civil Dr. Antônio J. Netto.

REPRESENTADOS: Centro Universitário UNIRG

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 31 de março de 2016.

PRAZO PARA FINALIZAÇÃO: 30 de março de 2017.

7ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 002/2016

INVESTIGANTE: 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 8º, §1º da Lei Federal nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública); artigo 21, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; e artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Termo e Declarações - 7ªP.JG.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público (9985) / Meio Ambiente (10110) / Fauna (10114).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar possível existência de foco da doença de Mormo na Fazenda Mariquinha, município de Cariri do Tocantins - TO.

REPRESENTANTES: Fernando Veras da Costa, Rosa Liz Alves Faustino e Sidnei Rogério Pellizzari.

REPRESENTADO: Proprietário da "Fazenda Mariquinha".

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 28 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 28/03/2017.

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 24/2016

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90 (ECA).

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 74/2015 - 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público (9985) / Atos Administrativos (9997) / Fiscalização (10015).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostas irregularidades no serviço público na área da educação, no Município de Cariri do Tocantins-

TO, consistente na falta de manutenção no Transporte Escolar e situação precária na Creche Municipal daquele Município.

REPRESENTANTE: De ofício (Denúncia Anônima)

REPRESENTADO: Município de Cariri do Tocantins.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 30 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 30/03/2017 (01 ano).

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTE ALTA DO TOCANTINS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer

interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº: 04/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins – Promotor: Milton Quintana.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, e 205 e seguintes da Constituição Federal; Artigo 25, inciso IV, e Artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; Artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; Artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 11.494/2007.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 04/2015

FATOS EM APURAÇÃO: Averiguar eventual doação ilegal de imóvel público no âmbito da Prefeitura Municipal de Pindorama do Tocantins-TO.

INVESTIGADO: Município de Pindorama do Tocantins-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins/TO, 30 de março de 2016.



(63) 3216-7598

(63) 3216-7575



www.mpto.mp.br



ouvidoria@mpto.mp.br